



ATA DE REUNIÃO N. 19

Às quatorze horas do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e quatro foi realizada a 19ª reunião virtual do Conselho de Administração do Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção, com a participação da Controladora-Geral, Júnia Cecília Camargo de Oliveira, da Procuradora-Geral, Fabiana Pinheiro Gomes Alves, do representante da 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Uberaba, Dr. José Carlos Fernandes Junior e dos membros Raquel Lourenço Caetano (titular), Roberta Franciele Bessa Batista (titular), José Leitão Pinto (Titular) e Eliane Helena Pacheco Policarpo (Secretária Executiva). Iniciada a reunião pela Controladora-Geral, Júnia Cecília, esta passou a palavra para Eliane Policarpo (Secretaria Executiva) para demonstração da prestação de contas. Eliane Policarpo informou que, na data de hoje, disponibilizou no grupo de whatsapp as conciliações bancárias juntamente com cópia dos extratos bancários do segundo semestre do ano de 2023. Iniciou informando que em 31 de julho de 2023, o saldo bancário do Fundo era de R\$ 260.813,26 (duzentos e sessenta reais e oitocentos e treze centavos). Durante o semestre houveram entradas que se referem aos acordos de não persecução cível e termos de ajustamento de conduta, além das deduções dos pagamentos efetuados durante o semestre, assim, encerramos o segundo semestre de dois mil e vinte e três com o saldo da conta de R\$ 562.947,62 (quinhentos e sessenta e dois mil novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos). Após, esclareceu que o projeto apresentado pela Força Integrada de Combate ao Crime Organizado do Triângulo Mineira – FICCO, e devidamente aprovado em reunião anterior, aguarda a formalização do convênio para efetuar a transferência do recurso. A Controladora-Geral, destacou que existe um impasse na formalização desse convênio, uma vez que a Polícia Militar não tem interesse em formalizar o ajuste e a Força Tarefa é ente despersonalizado, não possuindo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. Expõe que, atualmente, a maior dificuldade é encontrar uma entidade que possa e aceite realizar o convênio. Colocada em votação, a prestação de contas foi aprovada. Em seguida, Raquel Salge apresentou projeto solicitando a liberação de recursos para a inscrição de duas servidoras contabilistas da Controladoria-Geral do Município, no Curso de Capacitação em Gestão Orçamentária e Financeira no último ano de mandato, a ser ministrado pela Professora Me. Lucy Freitas na cidade de Uberlândia, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2024, no valor total de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais). Júnia ressaltou a importância do curso para o fechamento do mandato e da prestação de contas. Projeto colocado em votação, aprovado por unanimidade. Logo em seguida, o servidor municipal, Taciano apresentou o projeto da Comissão Permanente de Sindicância Investigativa em que solicita a liberação de recurso para a aquisição de um gravador de voz digital e cinquenta pen drives com 8 GB de memória, com o custo total de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Justificou a necessidade da aquisição do gravador de voz na fidedignidade das informações no momento da oitiva, além da agilidade processual. Já os 50 pen's drives se justificam diante da necessidade de um por processo e, atualmente, são 34 processos ativos na Comissão. O Promotor de Justiça, Dr. José Carlos Fernandes, sugeriu a agilidade na gravação em áudio e vídeo de todos os ouvidos em audiência porque assim precisaria imprimir somente o termo da audiência, os depoimentos estariam devidamente gravados. Dada a palavra, Raquel Caetano solicitou a inclusão, no projeto, de aquisição de tonner, justificou que a Comissão de Sindicância necessita de uma sala para as oitivas com uma impressora exclusiva, para garantir a privacidade dos depoimentos impressos. Júnia esclarece que a Controladoria-Geral está caminhando para a digitalização dos processos disciplinares, inclusive das investigações, mas para isso precisamos fazer adequação na legislação municipal. Em votação, o projeto restou aprovado por unanimidade. Após, a Presidente do Conselho, apresentou o projeto da Controladoria-Geral em que solicita a liberação de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para o conserto de três cadeiras e uma poltrona que estão na secretaria. A Procuradora-Geral alertou que essas reformas são de competência do Município e não está na finalidade do



Fundo de Prevenção e Combate a Corrupção. Diante do alegado, a Controladora-Geral entendeu por retirar o projeto da pauta, o que foi aceito por todos. Em seguida, a Controladora-Geral, apresentou o projeto de Governo Aberto. Ressaltou que no planejamento estratégico da gestão 2021-2024, a controladoria tem dois projetos, o primeiro é a implementação do programa de integridade que se iniciará em março desse ano e o segundo é a implementação da política municipal de governo aberto. A coordenadora do programa de governo aberto da cidade de São Paulo, se dispôs a vir a Uberaba, juntamente com um servidor, e efetuar uma capacitação, para tanto a Controladoria precisa custear as passagens aéreas e hospedagem. Colocado em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Por último, a Controladora-Geral apresentou o projeto para aquisição de passagens aéreas para participação de servidores do órgão central de controle interno no Encontro Regional de Controle Interno e nas Reuniões Técnicas do Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI que se realizarão em março e junho de 2023, sendo Vila Velha e Rio de Janeiro, respectivamente. Junia salientou que o Município de Uberaba é membro titular da Câmara Técnica que discute a Lei Anticorrupção e do Conselho Fiscal do CONACI, o que exige presença da CGM, sendo, portanto, a participação essencial. Colocado em votação, foi aprovado por todos os membros presentes, com abstenção de voto pela Presidente. Restou deliberado que a próxima reunião do FMPCC será dia 08 de abril de 2024 às 10:00 h. A Presidente agradeceu a presença de todos. Não havendo mais assuntos a serem tratados, deu-se por encerrada a reunião e eu, Eliane Helena Pacheco Policarpo, Secretária Executiva, lavrei a presente ata para que produza seus efeitos legais.

Júnia Cecília Camargo de Oliveira

Fabiana Pinheiro Gomes Alves

José Carlos Fernandes Junior

Raquel Lourenço Caetano

Roberta Franciele Bessa Batista

José Leitão Pinto

Eliane Helena Pacheco Policarpo